

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 186/187

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## Representação Partidária

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kiele - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Catário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
06 DE DEZEMBRO DE 1999**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Beraldin, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Nelson Justus (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofício:**

Ofício nº 243/99

Curitiba, em 30.11.99.

Senhor Presidente.

Objetiva o presente solicitar a Vossa Excelência, que se digne determinar ao Departamento competente

desta Casa de Leis, que seja marcada a data de 16 de março do ano 2.000, para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Dr. Miguel Gellert Krigsner, Presidente do grupo “O Boticário”.

Contando com a atenção de Vossa Excelência, agradecemos antecipadamente, reiterando votos de apreço e admiração.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) CESAR SELEME

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2692**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 501/99, referente à Mensagem Governamental nº 016/99, que dispõe sobre o Plano Plurianual.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 2703**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 562/99, que autoriza o Governador do Estado a transferir, mediante convênio, o gerenciamento do Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros da Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 2704**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 633/99, que altera a Lei nº 7567/82 - CONPREVI.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**REQUERIMENTO Nº 2700**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja retirado da pauta de Plenário por dez sessões, o Projeto de Lei nº 503/99, de autoria do Deputado Tony Garcia, para que o mesmo seja apreciado pela Comissão de Educação desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em questão, de autoria do nobre Deputado Tony Garcia, trata de assunto pertinente à área

de educação, devendo, antes de ir a Plenário, ser analisado pela Comissão de Educação, o que não ocorreu com o mesmo.

Diante do exposto, solicitamos a retirada do processo da pauta de votação de Plenário, para que o mesmo siga os trâmites legais nesta Casa.

#### REQUERIMENTO Nº 2706

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação do Projeto de Lei nº 556/99 ao Projeto de Lei nº 147/99, por tratar-se de matéria semelhante (Produtos Transgênicos).

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) EDGAR BUENO

#### REQUERIMENTO Nº 2707

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação do Projeto de Lei nº 570/99 ao Projeto de Lei nº 354/99, por tratar-se de matéria semelhante (criação de CIRETRAN em Paiçandu).

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### REQUERIMENTO Nº 2674

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de profundo pesar às famílias de Dilce Aparecida Schmidt, Erica Rudtke, Hélia dos Reis, Célia Marcelino, Nourival da Rocha e Ilberto Kinzler, residentes no Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2678

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Lígia Raggio, genitora de S. Exa. o Sr. Dr. Armando Raggio, DD. Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social.

Requer ainda à douda Mesa Diretora, que, da decisão, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) LUIZ ACCORSI

#### REQUERIMENTO Nº 2679

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão Plenária, voto de profundo pesar pelo faleci-

mento da Senhora Lígia Raggio, digna progenitora do Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam cientificados os seus familiares, na pessoa do Dr. Armando Raggio, à Rua Engenheiro Rebouças, 1707, CEP 80230-040, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) ANTONIO BARATTER

#### JUSTIFICATIVA:

Após um período de enfermidade, a ilustre Senhora Lígia Raggio partiu, deixando na orfandade os seus filhos, e abrindo uma dolorosa lacuna no peito daqueles que a amavam.

Seu passamento deixa grandes saudades, legado acerbo da ventura extinta.

Confiantes na bondade divina, temos a certeza de que o consolo e a resignação em breve tomarão o lugar da dor, à qual nos associamos neste difícil momento.

Conclamamos o aval dos nobres Pares desta Casa para o nosso propósito.

#### REQUERIMENTO Nº 2680

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Fari Amadeu Nassim, aos 53 anos de idade, ocorrido no dia 20.11.99, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) RICARDO CHAB

#### JUSTIFICATIVA:

Faleceu aos 53 anos de idade, nesta Capital, nasceu em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, funcionário da Polícia Rodoviária federal a mais de 25 anos, foi Chefe do Departamento de Pessoal.

Casado com Lídia Gulbino Nassim, deixou 04 filhos: Sheila, Robson, Shenian, Rickson Nassim, patriarca exemplar, tendo uma vida dedicada à família, gozava de grande respeito e carinho entre os amigos, parentes e colegas de trabalho.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Fari Amadeu Nassim, enviando votos de profundo pesar para a Senhora Lídia Gulbino Nassim, residente à Rua Alfeneiros, nº 501, Boa Vista, CEP 82560-300, Curitiba - PR.

#### REQUERIMENTO Nº 2681

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento de Fiori José Cenci, ocorrido no dia 01 do corrente mês, no Município de Pérola do Oeste - PR.

Requer, ainda, que do presente requerimento, se dê ciência ao Sr. Arlindo Cenci, irmão do extinto, com endereço à Rua Paraíba, s/nº em Pérola do Oeste - PR.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

O falecimento de Fiori José Cenci, em razão das circunstâncias trágicas em que ocorreu, causou profunda consternação entre seus familiares e amigos.

Considerado um dos batalhadores pelas causas municipais, Fiori José também trabalhou pela criação do Município de Bela Vista da Caroba.

Até o presente momento, não se tem notícias dos motivos que levaram a esse brutal assassinato, nem dos autores do mesmo.

#### REQUERIMENTO Nº 2695

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor às pessoas abaixo relacionadas, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### REQUERIMENTO Nº 2697

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de louvor ao Pastor Elias Alves Moreira, pelos relevantes serviços prestados à coletividade.

Outrossim, requer também que seja dado ciência ao homenageado, sito à Rua Jacupemba, nº 423, Jardim Bandeirantes, CEP 86703-060, Arapongas, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor Elias Alves Moreira, para o qual proponho voto de louvor, nascido em 09.12.22, é natural de Muniz Freire-ES, residente e domiciliado nesse Estado há quarenta e oito anos, casado com a Senhora Maria Rodrigues Moreira, com quem teve sete filhos, Samuel R. Moreira, José R. Moreira, Davi R. Moreira, Miriam R. Moreira, Joel R. Moreira, Ruth R. Moreira e Ezequias M. Rodrigues. Foi ordenado Ministro Evangélico pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, em 29.03.56.

O Pastor Elias Alves Moreira, durante muitos anos participou ativamente do cenário evangélico paranaense, presidindo por vários anos a Igreja Evangélica Assembléia de Deus nas Cidades de Centenário do Sul e Arapongas, tendo inclusive, ocupado vários cargos importantes na esfera evangélica tais como: Presidente da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus

no Estado do Paraná - CIEADEP, Presidente de honra da IEAD de Arapongas e Conselheiro da Casa Publicadora das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Brasil - CPAD.

Além das funções acima citadas, o Pastor Elias, foi condecorado com o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná e Comendador pela Ordem Internacional de Jornalistas.

Hoje, depois de anos de trabalho em prol da comunidade, o Pastor Elias, já jubilado, continua sendo um grande conselheiro às novas gerações de pastores, que se espelham no exemplo de caráter e dignidade deste baluarte da comunidade evangélica paranaense.

Face ao exposto, e considerado que tenho acompanhado o trabalho desenvolvido pelo Pastor Elias Alves Moreira, reconhecendo também que o homenageado é portador de alto espírito de solidariedade humana, fato que me leva a propor o presente voto de louvor.

#### REQUERIMENTO Nº 2698

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada da Sra. Lygia Bardou Raggio, mãe do Secretário de Estado da Saúde do Paraná, Dr. Armando Raggio (Rua Engenheiro Rebouças, 1701, Rebouças, Ctb), falecida em data de ontem nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, em data de ontem, a Sra. Lygia Bardou Raggio, mãe do Secretário de Estado da Saúde, Dr. Armando Bardou Raggio.

Nascida em Pelotas-RS, a Sra. Lygia Bardou Raggio era viúva e deixou três filhos: Armando Bardou Raggio, Aquiles Bardou Raggio e Antonio Bardou Raggio. Seu sepultamento foi hoje pela manhã nesta Capital.

À sua família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2675

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de congratulações à equipe de futsal São Miguel SAMP - Futsal, de São Miguel do Iguaçu, que sagrou-se Campeã Paranaense de Futsal - Série Ouro. O Deputado requer ainda um voto de congratulações ao prefeito Armando Luiz Polita, ao presidente do São Miguel SAMP - Futsal, Paulo Mognom, ao técnico Eduardo Coelho Pacheco, ao responsável técnico Valcir Adamante, e a todos os atletas pelo excelente trabalho que estão desenvolvendo em prol do futsal de São Miguel do Iguaçu.

Sala das sessões, em 06.12.99.

(a) ADEMIR BIER

## REQUERIMENTO Nº 2676

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Florai, pela passagem, no próximo dia 15 de dezembro/99, do seu 43º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Antonio Henrique Vernilo, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Senhor José Carlos Ratti assim como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Florai.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

A hospitaleira Cidade de Florai, estará, no próximo dia 15 de dezembro/99, comemorando seus 43 anos de emancipação política, que temos certeza será comemorado festivamente.

Toda população de Florai é digna do nosso respeito, confiança e admiração, por tudo o que têm feito em prol do engrandecimento do seu município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, parabeniza toda a população de Florai pela bravura com que enfrentam as dificuldades que bem sabemos são inúmeras.

## REQUERIMENTO Nº 2684

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Laranjal, alusivos ao aniversário de 09 anos, que ocorrerá no próximo dia 09 de janeiro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito João Maria dos Santos e ao Presidente da Câmara Josmar Moreira, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Francisco Vieira Araújo, s/nº, CEP 85275-000, Município de Laranjal - PR.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 2685

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Colombo, alusivos ao aniversário de 110 anos do Município, que ocorrerá no próximo dia 08 de janeiro.

Requer ainda que do presente se dê ciência à Prefeita Izabete Cristina Pavin e ao Presidente da Câmara José Antônio Camargo, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, 415, CEP 83414-000, Município de Colombo-Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 2686

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Mato Rico, alusivos ao aniversário de 7 anos do Município, que ocorrerá no próximo dia 31 de janeiro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Marcel Jayre M. dos Santos e ao Presidente da Câmara José Carlos Ortiz, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Principal, s/n, CEP 85.240-000, Município de Mato Rico - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 2687

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Manoel Ribas, alusivos ao aniversário de 44 anos do município, que ocorrerá no próximo dia 08 de janeiro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Antônio Camilo e ao Presidente da Câmara Moacir Gheller, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Brasil, 1101, CEP 85260-000, Município de Manoel Ribas - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 2688

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Apucarana, alusivos ao aniversário de 56 anos do Município, que ocorrerá no próximo dia 28 de janeiro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Carlos Roberto Scarpelini e ao Presidente da Câmara Valdir Souza da Silva, através de correspondência a ser encaminhada a Praça John F. Kennedy, s/n, CEP 86.800-280, Município de Apucarana - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 2689

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Campo Magro, alusivos ao aniversário de 3 anos do município, que ocorrerá no próximo dia 11 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Louvanir Joãozinho Menegusso e ao Presidente da Câmara Amarildo Pase, através de correspondência a ser encaminhada a Estrada do Cerne, km 19, nº 55, CEP 83535-000, Município de Campo Magro - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2699

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Dr. Kiyoharu Miike - atual Diretor do Terminal da Ponta do Félix (Av. Mal. Deodoro, 630 - 19º andar - cj. 1901 - Curitiba), pela inauguração daquele empreendimento no Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Inaugurado na semana passada o Terminal da Ponta do Félix, no Município de Antonina.

Com um investimento final de 70 milhões de dólares, os recursos vieram dos fundos de pensão dos seguintes investidores:

- PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil;
- Fundação COPEL Previdência e Assistência Social;
- FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado;
- FUSAN - Fundação SANEPAR de Previdência e Assistência Social;
- PORTUS Instituto de Seguridade Social;
- REGIUS Sociedade Civil de Assistência Privada.

Como se pode observar, a Ponta do Félix é um exemplo de empreendimento de capital brasileiro, gerando emprego e desenvolvimento social, direcionado a uma atividade que trará benefícios não somente a Antonina e ao Paraná, mas também ao Brasil, pois por ali estarão sendo exportadas riquezas que trarão divisas ao país. A Ponta do Félix está autorizada a movimentar produtos frigorificados e refrigerados, bem como produtos florestais e seus derivados. E naquele espaço físico de atividade portuária congregam-se diversos segmentos de interesses, tais como os exportadores, armadores de navios, órgãos governamentais, operadores, trabalhadores e agentes diversos, todos devendo cooperar harmonicamente, gerando soluções criativas para se desenvolver neste país uma competência que não deixa nada a desejar em relação ao que se pratica em todo o mundo.

A Ponta do Félix pretende oferecer o melhor serviço portuário possível dentro dos custos economicamente viáveis, aliando tecnologia e treinamento de pessoal operacional. Assim é a orientação daquele empreendimento: crescer gradativamente com as instalações na medida das necessidades de mercado, através de terminais especializados que venham atender as características de cada produto, de modo a dar segurança e agilidade na operação portuária. Estes são os desafios da Ponta do Félix, fazendo com que aquele terminal não seja apenas um entreposto de mercadorias, mas, acima de tudo, um ponto de encontro de negócios e soluções, na busca exaustiva de desenvolver a sua competência baseada na produtividade, eficiência e lealdade.

Pela inauguração deste importante empreendimento, receba seu Diretor - Dr. Kiyoharu Miike, Diretor do Terminal da Ponta do Félix, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2701

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos, pela passagem do Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, ocorrido dia 29 de novembro, extensivos a todo o povo palestino do nosso município, estado e do Brasil, pelos serviços prestados em prol do povo brasileiro.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) CESAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

A data de 29 de novembro é um marco para os palestinos, sendo reconhecido como o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino. A escolha da data não foi à toa. No dia 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas, adotou uma resolução estabelecendo um Estado Árabe e um Estado Judeu na Palestina. Segundo a resolução, Jerusalém seria governada por um regime internacional especial.

O Dia da Solidariedade foi criado para que a comunidade internacional se voltasse ao que estava acontecendo na Palestina e compreende várias atividades espalhadas pelo mundo, como exposições e palestras. Todo ano, no dia 29 de novembro, várias autoridades das Nações Unidas transmitem suas mensagens ao povo palestino.

#### REQUERIMENTO Nº 2696

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de louvor, ao Senhor Waldomiro Crepaldi, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Outrossim, requer também que seja dado ciência ao homenageado, à rua Condor, nº 696 - Centro, CEP 86705-970 - Arapongas, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor Waldomiro Crepaldi, para o qual proponho voto de louvor, nasceu em 11.12.39, na localidade de Getulina, Estado de São Paulo. Em 1958, mudou-se para o Estado do Paraná, onde casou-se com a Senhora Silvano de Lima Crepaldi, com quem teve dois filhos: Josuel de Lima Crepaldi e Elizabete de Lima Crepaldi Chaves. Foi ordenado Ministro Evangélico pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus, no Estado do Paraná, em 22.06.78.

O Pastor Walmomiro Crepaldi, há vários anos é uma pessoa atuante, no meio evangélico, tendo dirigido várias igrejas, em diversas cidades do Paraná, tais como: Ivaiporã, Primeiro de Maio, Guaíra, Umuarama, Guaraçuva e Arapongas onde é Pastor-Presidente atualmente. Além das atividades eclesiais, Pastor Waldomiro Crepaldi, também, dedicou sua vida organizando e presidindo diversas instituições de caráter assistencial, educacional e cultural, sempre procurando atender da melhor forma possível, àqueles menos favorecidos, não só da sua denominação, mas da comunidade como um todo.

Face ao exposto, e considerando que tenho acompanhado o trabalho desenvolvido pelo Pastor Waldomiro Crepaldi, reconhecendo também que o mesmo é portador de alto espírito de solidariedade humana, proponho que seja concedido ao homenageado, o presente voto de louvor.

#### REQUERIMENTO Nº 2677

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, ouvido o Plenário desta Casa Legislativa, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, agradecendo pelo atendimento às reivindicações da população do sudoeste e oeste do Estado, quando liberou e fez a entrega, nos dias 1º e 03 de dezembro, respectivamente, de duas novas viaturas, uma para o Setor de Criminalística, com sede em Cascavel, que atende as regiões oeste e sudoeste, e outra para a Delegacia de Polícia Civil de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

#### JUSTIFICATIVA:

Cumpra-nos a satisfação de encaminhar este requerimento, no sentido de agradecer e enaltecer o atendimento que a Secretaria de Segurança Pública do Estado tem dispensado, através do Secretário Dr. Cândido e sua equipe às reivindicações deste Deputado, na representação dos anseios da população sudoestina. Num momento em que o Estado passa por dificuldades financeiras, esse atendimento vem respaldar o trabalho desen-

volvido pelo Deputado que representa a vontade daquela população.

#### REQUERIMENTO Nº 2691

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando apoio na aquisição de um resfriador de leite para a comunidade de Nossa Senhora do Carmo, do Município de Boa Esperança do Iguaçu, beneficiando cerca de 30 famílias produtoras de 15 mil litros de leite por mês.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 2694

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente à Secretária de Estado da Administração, Maria Eliza Ferraz Paciornik e ao Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, indagando se o Governo do Estado do Paraná, acatará com a posição do STF - Superior Tribunal Federal, pela inconstitucionalidade de cobrança aos inativos, sejam da União, dos Estados ou Municípios, de valores referentes a contribuições previdenciárias.

Segue em anexo, cópia de um caso específico de aposentados da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2693

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, solicitando as seguintes informações do SERLOPAR - Serviço de Loterias do Paraná, respondendo aos quesitos abaixo:

1 - Quantas casas de bingo permanente funcionaram ou estão atualmente autorizadas a funcionar no Estado do Paraná durante o ano de 1999?

2 - Quantos bingos eventuais funcionaram ou estão autorizados a realizar eventos no Estado do Paraná?

3 - Quais são as entidades desportivas com modalidade olímpica que funcionaram ou ainda são portadoras de tais autorizações bem como o nome de cada empresa administradora?

4 - Destas autorizações quais foram emitidas neste ano?

5 - Qual foi o valor individual mensal repassado ao SERLOPAR para estas entidades desportivas durante o ano de 1999?

6 - As que paralisaram suas atividades durante este ano porque motivo o fizeram?

7 - Quais os critérios usados para liberação de autorização de bingo eventual ou permanente?

8 - Se existiram pedidos de autorização negados para bingo eventual ou permanente, porque motivo o foram?

9 - Por que o SERLOPAR jamais quis liberar máquinas de vídeo bingo?

10 - De quem é a competência de fiscalizar centenas de máquinas caça níquel espalhadas por todo o Estado do Paraná, com o selo do Instituto de Criminalística de Londrina?

11 - O que é uma máquina de vídeo loteria?

12 - Porque elas funcionam ainda hoje e não obedeceram o Decreto Presidencial 3214 de 21/10/1999?

13 - Quantas máquinas de vídeo loteria funcionam neste ano e qual foi a arrecadação mensal auferida pelo SERLOPAR?

14 - E qual o faturamento bruto da vídeo loteria neste ano?

15 - Se existe empresa administradora destas máquinas como é que foi contratada?

16 - Quais são as outras modalidades de jogo que completaram as receitas do SERLOPAR neste ano?

17 - Quanto cada modalidade destas arrecadaram mensalmente neste ano para o SERLOPAR?

18 - Se cada modalidade destas não for administrada diretamente pelo SERLOPAR, como é que foi feita a contratação da administradora?

19 - Qual foi o valor mensal de cada folha de pagamento do SERLOPAR neste ano?

20 - Como e a quem foi feita a distribuição dos recursos auferidos pelo SERLOPAR neste ano?

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) LUIZ ACCORSI

## REQUERIMENTO Nº 2702

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de matéria publicada no Jornal O Estado do Paraná, do dia 03 de dezembro de 1999, intitulado de: "Assembléia presta homenagem a Aníbal, conforme anexo.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Art. 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 633/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam alterados os seguintes dispositivos da Lei nº 7.567, de 08 de janeiro de 1982, que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário, que passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica alterada a denominação da Carteira de Previdência dos Servidores do Poder Judiciário, criada pela Lei nº 7.567, de 08 de janeiro de 1982, para Carteira de Previdência Complementar dos Escrivães, Notários e Registradores, não remunerados pelos cofres públicos, com autonomia financeira, patrimônio próprio, administrada pelo Conselho de Previdência Complementar - CONPREVI, sob a supervisão do Conselho Superior, e regida por esta lei.

Art. 2º - São finalidades da Carteira:

I - complementar as aposentadorias atuais e futuras dos seus filiados;

II - complementar as pensões atuais e futuras dos herdeiros ou beneficiários instituídos pelos filiados;

III - conceder auxílios diversos na forma e condições estabelecidas em regulamento;

IV - conceder recursos para execução de programas de relevante interesse dos Escrivães, notários e registradores, vinculados ao exercício de suas funções;

V - atender as associações de classe em suas reivindicações.

Art. 3º - São filiados automáticos da Carteira de Previdência Complementar dos Escrivães, Notários e Registradores, os escrivães, notários e registradores nomeados anteriormente a publicação da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 e compulsórios, os que foram nomeados posteriormente.

Art. 4º - A Carteira será constituída das seguintes unidades deliberativa e executiva:

I - Conselho de Previdência Complementar - (CONPREVI)

II - Conselho Superior - (CS)

III - Departamento de Aposentadoria Complementar - (DAC)

IV - Departamento de Pensão Complementar - (DPC)

V - Departamento de Programas Especiais - (DPE)

VI - Departamento de Auxílios, Médicos, Hospitalar e Empréstimos - (DAU)

VII - Departamento Cultural - (DEC)

Art. 7º - Compete ao CONPREVI:

i) elaborar e alterar o seu Regimento Interno;

j) decidir sobre os planos de complementação de benefícios e concessões de auxílios;

k) decidir sobre a liberação de recursos solicitados, para execução de programas a que se refere o inciso VI,

art. 2º, para participação em congressos, encontros, escola e cursos, etc.

l) autorizar a aquisição, alienação ou oneração a qualquer título do patrimônio da Carteira, devidamente autorizado pelo Conselho Superior;

m) referendar a admissão e dispensa de funcionários que devam compor o quadro de pessoal da Carteira;

n) julgar os recursos referentes a aplicação de sanções previstas em lei;

o) responder às consultas que lhe forem formuladas pelos filiados, na forma prevista pelo seu Regimento Interno;

p) desempenhar as demais funções que lhe forem conferidas no regulamento desta lei.

Parágrafo Único - As decisões sobre as matérias referidas nas alíneas “c” e “d”, serão tomadas por maioria absoluta.

Art. 8º - Compete ao Conselho Superior:

a) elaborar o regimento interno;

b) decidir sobre a aquisição, alienação ou oneração a qualquer título do patrimônio da Carteira;

c) decidir sobre as intenções e contratações de empréstimos e outras operações que resultem em endividamento da Carteira;

d) aprovar o balanço contábil anual da Carteira;

e) fixar o valor da gratificação de presença dos Conselheiros;

f) decidir sobre a concessão de empréstimos ou doação de qualquer natureza à entidade de classe.

Art. 9º - Aos Departamentos de Aposentadoria Complementar (DAC), de Pensões Complementares (DPC), de Programas Especiais (DPE), Departamento de Auxílios, Médicos Hospitalares e Empréstimos (DAU) e Departamento Cultural (DC), compete a elaboração dos programas a que se referem o art. 2º e seus incisos, além das demais atribuições que lhe forem cometidas por regulamento.

Art. 12 - Os titulares das serventias ou seus eventuais substitutos depositarão, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, em conta da Carteira de Previdência Complementar dos Escrivães, Notários e Registradores em agência bancária de primeira linha que oferecer melhores serviços.

Art. 14 - Os responsáveis pelas deduções consignadas no art. 11, incisos I, II e III, encaminharão, mensalmente, ao Juiz Corregedor da Comarca a que pertencerem, um relatório de suas atividades, em três vias, na forma e prazos estabelecidos em regulamento.

Art. 34 - O Presidente do CONPREVI, nos seus impedimentos ou afastamentos será substituído, pelo

vice-presidente, na forma que vier disposto em regulamento.

Art. 35 - Os benefícios e auxílios decorrentes desta lei, ficam sujeitos a comprovação de regularidade de situação pelo filiado, em relação as suas obrigações definidas nesta lei.”

Art. 2º - Fica alterado o art. 1º e seu parágrafo único, da Lei nº 10.546, de 13 de dezembro de 1993, que alterou a Lei nº 7.567/82, passando a vigorar com a seguinte redação, com o acréscimo de um parágrafo:

“Art. 1º - O art. 5º, da Lei nº 7567, de 8 de janeiro de 1982, e seu parágrafo único, alterados pela Lei nº 7666, de 3 de novembro de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - O Conselho de Previdência Complementar - CONPREVI será constituído por 13 membros, sendo um de cada ofício de justiça do foro judicial e extrajudicial, inativo, um indicado pela ASSEJEPAR e um indicado pela ANOREG com mandato de 2 (dois) anos, formado por um Presidente, 8 (oito) Conselheiros Efetivos e 2 (dois) Conselheiros Suplentes. A indicação dos Conselheiros será feita em reunião extraordinária, a ser realizada na segunda quinzena do mês de reunião extraordinária, a ser realizada na segunda quinzena do mês de novembro, para esse fim expressamente convocada, compondo 13 (treze) indicados mais votados e na ordem do sufrágio que adjudicarem, sendo que os 6 (seis) primeiros mais votados formarão a lista tríplice para concorrer a Presidência, que será nomeado pelo Conselho Superior.

§ 1º - Para ser mantida a renovação de um terço (1/3) será permitida a recondução de Conselheiros por mais de um mandato.

§ 2º - O mandato dos atuais Conselheiros como do Presidente, fica prorrogado por mais dois anos, a partir de seu final, somente serão nomeados os remanescentes recém-criados.”

Art. 3º - Fica alterado o art. 10, da Lei nº 7.567/82, que foi alterado pela Lei nº 10.546/83, que passará a vigorar com a seguinte redação, com acréscimo de um parágrafo.

“Art. 10 - Ao Presidente do CONPREVI compete:

a) representar judicial e extrajudicialmente a Carteira de Previdência Complementar dos Escrivães, Notários e Registradores;

b) presidir as sessões do CONPREVI e do Conselho Superior e convocar as extraordinárias;

c) admitir e dispensar, *ad-referendum* do CONPREVI, funcionários que devam compor o quadro de pessoal;

d) autorizar a realização das despesas a critério do Conselho Superior;

e) delegar atribuições, salvo as constantes das alíneas “a” e “b”.

§ 1º - O Presidente do CONPREVI não terá direito a voto, salvo o de qualidade.

§ 2º - O vice-Presidente do CONPREVI acumulará as funções de Secretário e 2º Tesoureiro, enquanto o Tesoureiro acumulará funções de 2º Secretário.”

Art. 4º - Fica alterado o art. 11, da Lei nº 7.567/82, alterado pelas Leis nºs 7.666/82 e 8.678/87, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 - A receita da Carteira é constituída:

II) Pelos recursos oriundos das deduções das custas devidas pelos autos praticados e registrados conforme regimento de custas em vigor, nas serventias do foro judicial e extrajudicial, das comarcas de entrância inicial, intermediária e final, respectivamente, de acordo com a tabela elaborada pelo CONPREVI e aprovada pelo Conselho Superior, devendo ser alterada sempre que se tornar insuficiente para suprir as despesas da Carteira, com base em cálculo atuarial;

III) De multas, juros e correção monetária decorrentes de infrações a esta lei;

III - Do produto das aplicações da receita disponível;

IV - Pelas doações, subvenções, participações e eventuais repasses ou transferências de recursos pelo Poder Público ou por terceiros.

§ 1º - Ficam isentos de recolhimento à Carteira: as Varas Criminais; Infância e Juventude: Oficiais de Justiça; assim como itens das Tabelas XIX, XX e XXI do Regimento de Custas.

§ 2º - Dos recursos citados pelo inciso II (Programas Especiais) do presente artigo, será destinado 18% (dezoito por cento) às associações de classe, ANOREG e ASSEJEPAR, o equivalente das contribuições judiciais à ASSEJEPAR e dos notários e registradores à ANOREG, e 2% (dois por cento) à Escola dos Escrivães, Notários e Registradores”.

Art. 5º - Fica alterado o art. 4º da Lei nº 10.546/93, que alterou a Lei nº 7.567/82, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - O art. 13, da Lei nº 7567, de 08.01.82, revogados seus atuais §§ 1º, 2º, 3º e 4º, passa a ter um único parágrafo e a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13 - Os recolhimentos efetuados fora do prazo estão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento), da data estipulada nesta lei, além de juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária calculada com base no índice de reajustamento adotado pelo Governo.

Parágrafo Único - Ultrapassado o prazo de 90 (noventa) dias, sem que tenha sido feito o recolhimento devido, após denúncia do CONPREVI, o responsável em exercício pela Serventia sofrerá pena disciplinar a critério do Corregedor da Justiça, e será afastado com duração até a regularidade para com a Carteira, caso não aconteça a regularidade dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, ficará a sua delegação cassada”.

Art. 6º - Ficam criados art. 6º e parágrafo único, na Lei nº 7567/82, substituindo o artigo 6º, revogado pela Lei nº 10.546, com a seguinte redação:

“Art. 6º - O Conselho Superior será constituído por 01 (um) representante da ANOREG, por 01 (um) representante da ASSEJEPAR e pelos ex-Presidentes do Conselho de Previdência Complementar - CONPREVI, que tenham cumprido integralmente pelo menos um mandato e pelos Presidentes da Associação dos Notários e Registradores - ANOREG, Associação dos Serventuários da Justiça - ASSEJEPAR e do atual Presidente do Conselho de Previdência Complementar - CONPREVI.

Parágrafo Único - O Conselho Superior será presidido pelo atual presidente do CONPREVI”.

Art. 7º - No artigo 31 da Lei nº 6174, as expressões “na Lei de Organização Judiciária”, contida em seu final, ficam substituídas pelas expressões “no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado”.

Art. 8º - No art. 32 da Lei nº 6174, as expressões “Corregedor Geral da Justiça” e “Conselho Superior da Magistratura”, ficam substituídas, respectivamente, por “Corregedor da Justiça” e “Conselho da Magistratura”.

Art. 9º - Caso a Carteira Complementar dos Escrivães Notários e Registradores seja extinta, o seu patrimônio ficará para as associações de classe, ANOREG e ASSEJEPAR, proporcionalmente as suas contribuições.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 635/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

O crescente número de ocorrências envolvendo violências contra a mulher estão a exigir das autoridades, a adoção de mecanismos para coibir estes abusos.

Os índices sociais apurados indicam que 33% das mulheres entre 16 e 49 anos de idade, sofrem algum tipo

de abuso sexual, e praticamente metade delas passa por situações de agressão, ameaças, insultos e danos a bens pessoais; e as características em Campo Mourão não fogem à regra.

Por se tratar de antiga reivindicação da população daquele município, que tem viabilizado os poderes constituídos e a sociedade em busca de soluções, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 636/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o Instituto Maringaense de Reintegração Social - IMARES, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, trata-se de um instituto de caráter assistencial que objetiva atender famílias e adolescentes em situação de extrema pobreza e toxicômanos.

Por tratar-se de medida de elevado teor social, contamos com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 637/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo instituir o Município de Lunardeli como Polo Turístico Religioso - Santuário de Santa Rita de Cássia.

Art. 2º - Fica o Santuário de Santa Rita de Cássia incluído no Roteiro Turístico do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.99

(a) ORLANDO PESSUTI

**JUSTIFICATIVA:**

Na proximidade da celebração dos 2000 anos do nascimento de Jesus Cristo e dos 500 anos de Descobrimento do Brasil que já nasceu sob o símbolo da cruz e da Igreja Católica, datas como estas são significativas pois estão presentes no cotidiano do nosso povo na sua grande maioria católicos.

No Brasil o coração da Igreja Católica é o Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida em São

Paulo. Todos os anos milhões de pessoas visitam Aparecida do Norte. O mesmo fenômeno deverá acontecer nos santuários estaduais.

A devoção popular está totalmente ligada a cultura de um povo as devoções, as novenas, as bênçãos, as romarias, as festas de padroeiras, etc. existem de maneira espontânea que não necessitam de esforço, de programações para que aconteçam.

O Paraná também tem uma herança cultural religiosa indiscutível e uma das suas mais representativas é a festa da paróquia de Santa Rita de Cássia na cidade de Lunardeli, festa esta realizada todos os anos no dia 22 de maio levando até o município anualmente mais de 25000 pessoas. Esta devoção tem crescido constantemente e as romarias já ultrapassaram os limites da cidade alcançando toda a região central do Estado do Paraná.

**HISTÓRICO**

Um lugar não se torna sagrado por vontade humana. É desejo do próprio Deus.

O importante é se deixar conduzir pelo seu Espírito. Faz parte dos desígnios divinos obstáculos, dificuldades, espinhos... mas que se apagam diante das maravilhas do Criador. E todo dia 22 de cada mês, muitos se colocam à disposição para presidir a Novena de Santa Rita de Cássia e para confissão de milhares e milhares de romeiros sedentos da misericórdia divina.

PROJETO DE LEI Nº 638/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná "post mortem" ao Doutor Fernando da Gama e Souza, ex-Deputado Federal do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(a) HERMES FONSECA

**JUSTIFICATIVA:**

A concessão de um título de cidadania honorária do Estado do Paraná, tem o escopo de homenagear aqueles personagens que prestaram relevantes serviços ao Estado do Paraná e, por isso, deve ter o seu caráter de exclusividade e outorgado de uma análise criteriosa da vida e da ação daqueles que se quer homenagear.

O cidadão Fernando da Gama e Souza chegou ao Paraná em 1925, aqui se radicou e aqui faleceu em abril de 1993.

O Paraná esqueceu-se de sua imagem.

Cidadão honrado, de comportamento exemplar, prestou relevantes serviços para o desenvolvimento econômico do Paraná, no exercício de funções importantes no Banco do Brasil S/A.

Representou, condignamente, o Paraná nas funções exercidas na Presidência da República durante os Governos dos Presidentes Juscelino Kubtschek de Oliveira, Jânio Quadros e João Goulart.

Participou intensamente das atividades dos clubes sociais da capital Curitiba.

Porém, foi na atividade política do Deputado Federal Fernando Gama que o Paraná pôde orgulhar-se, ainda mais, durante os seus sucessivos mandatos conquistados nas eleições de 1962, 1966, 1970 e 1974 e, na missão parlamentar, representou o Brasil na Conferência Interparlamentar na França, em 1971.

A outorga dessa honraria “pós morte” é a oportunidade que o Paraná tem para registrar oficialmente, na sua história, a vida e a obra de Fernando Gama.

Resgatar a sua memória e homenagear os seus descendentes hoje representados pelos seus filhos; o engenheiro civil, Fernando da Gama e Souza Filho e Circe Silva da Gama e Souza, empresária, radicados aqui na capital paranaense.

Face ao exposto, solicitamos o voto favorável de todos os ilustres Pares desta Casa de Leis.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Liderança do PST.

**(Declina)**

Liderança do PMDB. Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na manhã de hoje já tivemos a oportunidade de trocar algumas idéias com o Líder do Governo Deputado Valdir Rossoni, com o Secretário Hermas Brandão, com o Deputado Ângelo Vanhoni, Deputado Antonio Baratter, com o Deputado Cesar Seleme do PPB, e Vossa Excelência, Deputado Caíto Quintana, no exercício da Presidência desta Casa.

Naquela oportunidade dialogávamos com o Líder Valdir Rossoni da necessidade que temos de, no dia de hoje, nesta tarde, aproveitando inclusive que estamos recebendo nas dependências da Assembléia as lideranças do setor de transporte de cargas do Estado do Paraná. Aqui estão presentes o Rui Cichella, do Sindicato das Empresas Transportadoras de Cargas do Estado do Paraná e o Walmor Weiss que é Presidente da Federação das Transportadoras de Cargas do Paraná.

Naquela oportunidade conversamos com os Deputados já citados, no sentido de que procurássemos na tarde de hoje, junto com o Deputado Algaci Túlio que está incumbido da relatoria do Projeto do IPVA, nos aprofundar na discussão das emendas que foram apresentadas tanto por Deputados da Oposição como por Deputados integrantes do Bloco Governista no sentido de que

chegássemos a um entendimento para que se formalizasse, a partir de hoje, um Substitutivo Geral a este Projeto de forma que no dia de amanhã, quando o projeto vir à votação em Plenário a gente pudesse ter, de certa forma um entendimento que espelhasse os anseios dos Deputados que integram a Bancada do Governo e por que não dizer o anseio maior dos proprietários de veículos automotores e também das entidades representativas do setor de transporte no Estado do Paraná.

Todos sabemos que neste ano de 99 permitiu-se o parcelamento do pagamento do IPVA, dentro do calendário que foi implantado desde o primeiro momento em que iniciou a cobrança do IPVA em nosso Estado e que de certa forma é um calendário já tradicional, um calendário no qual as empresas já fizeram a sua devida adaptação e, por conseguinte, estão habituadas a este calendário estando inclusive seus veículos em algumas empresas já devidamente programados o seu final de placa para que possa haver também uma distribuição deste peso de pagamento de imposto ao longo de todo ano.

Hoje nos sabemos que o veículo placa um paga no mês de março, o veículo placa 2 no mês de abril, o veículo placa três no mês de maio e assim por diante até chegarmos ao veículo com final de placa zero que paga no mês de dezembro. A proposta original do Governo não permitia mais este tipo de parcelamento do mês de março a dezembro e trazia todo o parcelamento para os meses de janeiro, fevereiro e março.

Neste ano de 99 aqueles que puderam pagar o seu IPVA em cota única no mês de janeiro já obtiveram esse desconto de 10% e aqueles que fizeram o pagamento em cota única no mês de vencimento relativo ao final de placa obtinham um desconto de 5%, caso pagassem em cota única.

Este desconto de 5% para pagamento em cota única, obedecendo o final da placa, está sendo proposto também de ser suprimido pelo Governo do Estado.

Então, vejo, Senhor Presidente, que as emendas apresentadas pela Bancada de Oposição, todas elas subscritas pelos Deputados do PMDB, são emendas que procuram restabelecer o calendário tradicional, onde o veículo placa final um paga em março, placa final zero no mês de dezembro, as emendas do PMDB e das Oposições estabelecem também que aquele proprietário de veículo automotor que desejar pagar em cota única e à vista poderá fazê-lo no mês de fevereiro, obtendo um desconto de 20% e não o desconto de 10% e tendo que pagar no mês de janeiro.

A nossa proposta é mais amena. Desconto de 20% para pagamento em fevereiro e não 10% para pagamento em janeiro.

E é evidente que estamos também, através de uma proposta de emenda, restabelecendo a proposta de desconto de cinco por cento para todo aquele proprietário de veículos automotor que desejar efetuar o pagamento em

cota única do mês do vencimento que for definido pelo final da placa do seu veículo.

Então, hoje pela manhã, fizemos este apelo ao Deputado Valdir Rossoni e estamos recebendo como disse há pouco, a presença do presidente Walmor Weiss, da FETRANSPAR, estamos recebendo a presença do Rui Cichella, que é Presidente do SETCEPAR, Sindicato das Empresas Transportadoras de Cargas, está também presente o Sr. Adão Flores que também integra o SETCEPAR e nós entendemos que seria até oportuno, Senhor Presidente, que fosse a um deles, ao Walmor, ao Adão, ao Rui aberto um espaço de cinco a dez minutos para que pudessem eles explicitar à Assembléia Legislativa o drama e as dificuldades vivenciadas pelo setor transportador de cargas do Estado do Paraná, drama este e dificuldade esta que é espelhada no grande número de correspondência, fax, telegramas que estamos recebendo e não só deles, mas também da FENABRAV, também do SINDUSCAL aqui de Curitiba, também da FAEP, Federação da Agricultura do Estado do Paraná, que coloca a FAEP a dificuldade do setor produtivo rural, onde dos meses de janeiro, fevereiro e março pouca receita tem o setor produtivo rural; pelo contrário, muita despesa tem nesse período porque é final da safra de verão, é um período em que os últimos tratos culturais são feitos na lavoura, é um período em que a despesa com a colheita, beneficiamento e armazenamento do produto ocorre, e é evidente que a venda desse produto, oriundo da safra de verão, acontece no final de março, início de abril, e durante o mês de abril, conseqüentemente não tendo o produtor rural uma receita maior nesse período para arcar com a concentração de todo o pagamento do IPVA. Nós temos demonstrado que o mês de janeiro e o mês de fevereiro são meses que onde o contribuinte stá sobrecarregado em seus compromissos.

Saldos das despesas do final do ano, das festas de final de ano, aquisição de material escolar, matrícula escolar, pagamento de alvará de licença da sua empresa, ou da sua atividade profissional, pagamento muitas vezes da contribuição sindical, da contribuição associativa da profissão a que ele esteja vinculado, do médico, do dentista, do advogado, do jornalista, do agrônomo, do administrador que normalmente tem que pagar a sua contribuição no mês de janeiro e fevereiro.

É evidente que toda essa sobrecarga faz com que concentrar o IPVA no mês de janeiro e fevereiro, ou parcelar apenas no mês de janeiro, fevereiro e março fica muito pesado e penaliza em demasia o contribuinte.

Nesse sentido nós sabemos que os próprios Deputados do Governo, liderados pelo Deputado Valdir Rossoni, já tem uma proposta alternativa que espicha um pouco esse calendário de parcelamento, podendo ele ser feito nos meses de fevereiro, março e abril. E nós gostaríamos realmente que numa reunião com as Lideranças Partidárias aqui desta Casa, podendo inclusive desta reunião participar os representantes do setor produtivo e do setor dos transportes, nós pudéssemos chegar a uma

proposta de entendimento, que pudesse ser votada por esta Casa atendendo aos anseios de Deputados governistas, mas acima de tudo, atendendo aos anseios e a necessidade dos proprietários de veículos automotores, que somos todo nós os paranaense que temos o privilégio de os possuir, principalmente as empresas transportadoras de cargas, e os produtores rurais, que nesse período tem dificuldade. Faço portanto essa sugestão no sentido de que façamos uma reunião hoje, ou amanhã de manhã, mas que possamos discutir na profundidade que precisa ser discutida essa alteração que está se propondo no calendário do IPVA, que busca através dessa alteração o Governo antecipar a arrecadação. E nós evidentemente não podemos concordar com essa antecipação porque ela penaliza o contribuinte já tão penalizado por outras contribuições nesse época.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Consulto a Liderança do PDT se fará uso do seu horário.

Com a palavra Deputado Luiz Carlos Zuk.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O PDT do Paraná é um Partido que mesmo sem estrelas, e somando nesta Casa com três representações, e com a nossa liderança na pessoa do Deputado Edgar Bueno, fez com que mais de 300 diretórios constituídos em comissões provisórias fossem assentados em solo paranístico. O PDT terá um corpo presente a nível de eleições proporcionais, a nível de vice-Prefeitura e a nível de candidatos a prefeitos, nos trezentos e poucos municípios do Paraná. Não poderia o PDT de maneira e forma alguma ficar ausente da disputa da maior prefeitura da capital do nosso Estado, na nossa querida Curitiba.

Assim é que Sr. Presidente, Srs. Deputados, por resolução consensual, a diretoria estadual do PDT e os diretórios que representam o partido a nível de Curitiba, pelas suas dez zonais eleitorais, faz com que, a partir de agora, Eduardo Requião passa a ser apresentando como único pré-candidato à prefeitura de nossa capital. Tínhamos até então a pretensão de três ou quatro companheiros, que inteiramente disputaram essa pré-indicação. E teve na pessoa de Eduardo esta conclusão, que resultou de várias reuniões sendo fechada no dia 1º de dezembro entre as direções estadual/zonais e homologada num amplo encontro, realizado no sábado 4/11, com a participação de cerca de 100 filiados, entre pré-candidatos à Câmara Municipal e militantes pedetistas. O último encontro foi coordenado pelo vereador Jorge Bernardi (o presidente Nelton Friedrich encontrava-se em viagem).

A decisão de antecipar o nome de Eduardo Requião como pré-candidato ocorreu porque a Prefeitura de Curitiba precipitou a campanha eleitoral, com peças publicitárias que induzem parte da população e pensar que tudo de bom está sendo feito e, em conseqüência, é levada a apoiar o atual prefeito, beneficiado pelo instituto

da reeleição. Em razão disso, as cobranças de unidade partidária eram freqüentes nas bases do PDT, que clamavam pela definição sentindo os abusos de poder praticados pelo oficialismo. Por outro lado, as discussões em torno das alternativas do partido para o futuro embate eleitoral prejudicavam os debates sobre questões de ordem programática.

As direções estadual e zonais do PDT decidiram:

Que em qualquer circunstância o PDT deverá apresentar candidato próprio nas eleições à Prefeitura de Curitiba, até porque o pleito realizar-se-á em dois turnos;

Que, a partir de agora, Eduardo Requião será apresentado como único pré-candidato do partido, com vistas a convenção a realizar-se no prazo legal;

Que será dada a mais ampla publicidade destas decisões às demais forças populares e democráticas, onde o partido buscará formalizar as alianças nas próximas eleições.

Os preparativos para a futura campanha nortearão as ações dos diretórios estadual e zonais, a partir de agora, devendo envolver as centenas de núcleos de base que temos espalhados por todos os bairros de Curitiba.

Queria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer aqui nessa tribuna, que numa discussão interna, onde a democracia prevaleceu, onde cada um dos pré-candidatos apresentaram as suas propostas, discutiram através da militância e foi tirado o nome de Eduardo Requião, para ser oferecido à população de Curitiba, para dele ou se ele realmente tiver a condição pela qual a preferência da maioria dos senhores eleitores.

Tenho também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a encaminhar a este Plenário, um requerimento dirigido a Sua Exa., e a Secretaria de Administração desse governo, porque temos em mãos a decisão do Supremo Tribunal Federal, que identifica em todo solo pátrio a não cobrança dos aposentados de todo o Brasil e, conseqüentemente aqui no nosso Estado do Paraná, acredito tenho a certeza e por isso estou encaminhando requerimento para saber o procedimento da Secretaria de Administração do nosso Paraná que irá respeitar a não cobrança dos aposentados do nosso Estado, dos funcionários que recebem pequeno salário, que não têm aumento há mais de 6 anos. Tenho certeza que a decisão do Supremo veio de encontro, não só aos anseios dos aposentados, nem dos seus familiares mas veio de encontro com a razão social da Justiça que deve imperar, não só no Paraná, mas que agora, por decisão do Supremo, impera em todo o solo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

No Horário do PTB concedo a palavra ao Deputado Ademar Traiano.

**O SR. ADEMAR TRAIANO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Usa a tribuna, na tarde de hoje, para fazer dois registros que considero importante para a vida política paranaense.

Primeiro, na noite de quarta-feira, lá na região sudoeste do Paraná, acompanhados de diversos parlamentares, desta Casa, tivemos a alegria de, na cidade de Pato Branco, em conjunto com o Presidente desta Casa, entregarmos o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao eminente ex-Deputado Ivo Tomasoni, que, com muito orgulho representou o sudoeste do Paraná, nesta Casa, durante muito tempo. Além do que exerceu diversos cargos importantes, na direção desta Casa, sendo, mais tarde, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Lá conosco estiveram, os Deputados Valdir Rossoni, Augustinho Zucchi, Nereu Moura e o proponente do projeto, Deputado Carlos Simões. Foi uma festa extraordinária que marcou época no sudoeste do Paraná e acredito que esta Casa deveria adotar, como critério, as entregas de Título de Cidadão Honorário do Paraná, exatamente quando pessoas fossem do interior, que esta Casa adotasse o critério de entrega do título nas comunidades.

Fora isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tivemos um final de semana memorável para a política paranaense. Na cidade de Foz do Iguaçu, participamos de um dos maiores eventos políticos deste Estado. O PTB do Paraná, através de um simpósio que realizou na cidade de Foz do Iguaçu, Simpósio Nacional de Estudos das Diretrizes Políticas do Partido que chamou para aquela cidade mais de 2.500 pessoas vindas de todas as regiões do País. Caravanas do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de Minas, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, de São Paulo. Enfim, foi uma festa democrática que realmente marcou época e vai marcar época, no mundo político paranaense.

O Partido Trabalhista Brasileiro, teve a oportunidade, durante este simpósio de elaborar documentos que irão nortear e traçar o rumo do Partido, para o novo milênio.

Dos diversos assuntos lá tratados, o PTB discutiu a participação do PTB, no aspecto político, do PTB no aspecto internacional, do PTB nas relações capital-trabalho, do PTB no aspecto meio ambiente, do PTB no aspecto social e do PTB no aspecto econômico.

Além do que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tivemos a oportunidade de presenciar duas conferências fantásticas proferidas pelo jornalista Carlos Chagas, com o título "Getúlio Vargas aos dias atuais". E a outra, proferida pelo economista Eduardo Gianédi: "Situação Econômica do Brasil".

Foram dois dias de extremo valor com a participação de militância do PTB, tanto no Estado do Paraná, quanto de todo o País, com a presença de mais de 800 lideranças com mandato neste Simpósio do PTB. Desde Vereadores, Prefeitos, Deputados Estaduais, Federais, Senadores, estiveram presentes neste evento.

Por esta razão, registro nesta tarde, nesta Casa, esse evento. E gostaria de solicitar à Presidência que encaminhasse à Presidência do Partido no Estado e à Presidência Nacional do PTB, votos de congratulações por esse evento que realmente dignifica a vida política paranaense. Isso vai além do simpósio a importância do Paraná no contexto político nacional e traz para cá as mais altas autoridades do País para esse encontro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

Consulto a Liderança do PPB, se fará uso do seu horário.

**(Declina)**

Esta Presidência concede a palavra ao empresário Walmor Weiz, para que coloque o ponto de vista dos empresários a respeito do IPVA no instante que esta Casa discute esse assunto.

**O SR. WALMOR WEIZ**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sinto-me muito orgulhoso de ocupar esta tribuna de onde os senhores representam o Estado do Paraná.

Venho neste momento fazer um apelo aos Senhores Deputados de um setor produtivo, um setor que significa neste Estado quase três mil empregos.

Estamos assoberbados por uma gama de impostos. Temos aí o pedágio, com o 13°. Creiam, Senhores Deputados, 95% das empresas tiveram que apelar aos Bancos para cumprir essa responsabilidade social.

Estamos preocupados com fevereiro, com março, em pagarmos o que nos comprometemos neste ano, que tem sido tão difícil. Estamos preocupados com os empregos que somos responsáveis diretamente - a nossa empresa está próxima de 400 empregados diretos. Somos fonte de trabalho e, é em direção a esta palavra: "fonte de trabalho", que nós, com toda a humildade, chegamos à presença dos senhores, "por favor, verifiquem a delicadeza deste momento". Uma empresa média como a nossa, significa 400 empregos. Essa antecipação significará aproximadamente 190 a 200 mil reais, que teremos que procurar desembolsar logo no início do ano 2000. É humanamente impossível, pelas dificuldades que temos passado com as ordens, com as leis, com o que vem de Brasília pronto, e temos que cumprir pura e simplesmente.

Então, é nessa direção que encarecidamente apelamos para que possamos continuar com as nossas empresas, principalmente os empresários que sempre são chamados a colocar para suprir as dificuldades do Governo, não só do nosso Estado, como também do Governo Federal.

Senhores Deputados, por favor, olhem as nossas empresas e olhem o que significamos: 2500 empregos diretos neste Estado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

Usou da palavra o empresário Walmor Weiz, em nome dos empresários, com respeito ao IPVA.

Consulto se fará uso da palavra, a Liderança do Governo.

Com a palavra, o Deputado Valdir Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Quero cumprimentar o empresário Walmor Weiz, que fez aqui o seu pronunciamento, e dizer ao Doutor Weiz, que o mesmo sacrifício que faz a sua empresa e - não tive tempo suficiente para crescer no tamanho que é a empresa de Vossa Excelência - mas também a minha empresa gera 200 empregos e sinto as mesmas dificuldades que Vossa Excelência está sentindo para pagar o 13° salário, férias e principalmente num ano extremamente difícil, que estamos vivendo.

Mas exerço aqui o papel de Líder de Governo e, não é nada saudável e nem simpático fazer a defesa de cobrança de impostos. O melhor seria este Parlamentar subir à tribuna e anunciar ao Paraná "que o Governo tinha tomado uma decisão histórica: não cobraria o IPVA do povo paranaense". Esta certamente seria uma decisão aplaudida por toda a sociedade paranaense.

Desde o primeiro momento em que o Governo encaminhou a esta Casa a mensagem do IPVA, foi preocupação da Liderança do Governo e é preocupação dos Parlamentares que dão sustentação ao Governo de encontrarmos uma saída que seja uma saída compatível com as necessidades financeiras do Estado e com as condições da sociedade paranaense. Nem tudo o que queremos como empresário, podemos aprovar como Deputados e nem o que queremos aprovar como Deputados, podemos, como empresários, pagar.

Temos um quadro aqui onde temos um estudo do Brasil e as dificuldades financeiras por que passa o Estado do Paraná, não é diferente dos outros Estados. Os senhores vejam o seguinte: o Estado do Paraná, antes de entrarmos nesse Quadro Comparativo, quero dizer ao Deputado Pessuti que o seu pronunciamento e ele sabe que nem se faria necessário, porque ele esteve reunido comigo, marcamos nova reunião para discutirmos essa questão e eu tenho procurado intermediar entre os interesses do povo do Paraná e o Governo do Estado, para chegarmos numa proposta que seja compatível. É importante que se diga que a proposta original do Governo no mês de janeiro, e conseguimos avançar e chegarmos até o mês de maio e estamos em busca de conseguirmos avançar nessa proposta, é importante que olhemos o que os outros Estados fazem, porque as mesmas dificuldades que têm Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio de Janeiro e outros Estados, essa crise também passa pelo poder público do Estado do Paraná.

Tenho um Comparativo entre os Estados.

O Estado do Paraná cobra, em carros de aluguel, 1%. Nos demais, 2,5% e a cobrança no Estado do Paraná até o presente momento, está fixado em:

- Janeiro, com 10% de desconto;
- Fevereiro, com 5% de desconto até o mês de maio para quem quiser parcelar o seu pagamento.

Conseguimos avançar até o mês de maio e estamos negociando com o Secretário da Fazenda que se encontra em Brasília, para vermos das possibilidades de avançarmos mais.

Vejam aqui: o Estado de São Paulo tem uma alíquota totalmente diferente do Estado do Paraná e cobra todo o IPVA no mês de janeiro e o Estado de São Paulo, todos sabemos, é o Estado mais rico da Federação.

Temos o Estado de Minas Gerais que é o segundo Estado que também cobra todo o IPVA no mês de janeiro.

O Rio de Janeiro, cobra em fevereiro, março e abril.

Temos três Estados distintos. Temos um Estado governado pelo PDT que cobra em três meses: fevereiro, março e abril.

Temos um Estado governado pelo PMDB que cobra em janeiro.

Temos um Estado governado pelo PSDB que faz a sua cobrança no mês de janeiro, com as alíquotas mais altas que o Estado do Paraná, diga-se de passagem.

Quero dizer a todos que estamos abertos à negociação. É natural que tenhamos que levar em conta toda a situação não só do Governo, mas a situação dos empresários e isso é muito bom, que possamos discutir a cobrança de um imposto em cima da sociedade onde este imposto atinge diretamente os Senhores Parlamentares, fica muito mais fácil ser discutido. Não faria, hoje, o uso da tribuna, mas o fiz como forma de respeito e para dar aqui uma demonstração de que não estamos fechados para o diálogo. Estamos abertos e vamos procurar, dentro do possível, avançar para atender o que os empresários e os proprietários de veículo deste Estado estão reivindicando. Mas certamente tem que ficar, aqui, e deve se perceber esta vontade: ficaremos numa situação intermediária entre os Estados que cobram em janeiro - como citei aqui, e os Estados que cobram em 4,5 meses parcelado. Certamente o Estado do Paraná ficará numa situação intermediária que chegaremos numa conclusão após esta reunião, uma reunião com os Líderes, e fica aqui o convite para esta reunião na sala da Liderança do Governo. Para que possamos chegar a um entendimento.

Agora, é muito importante quando se fala em entendimento, o entendimento tem que ser feito com responsabilidade. Porque se sentirmos de que o entendimento é apenas para fazer o jogo político, é claro que faremos aqui o diálogo diferente e vamos avançar na mesma proporção das necessidades e do que os Deputados aqui reivindicarem. É importante que façamos esta reunião e tenho certeza, absoluta, que vamos amadurecer esta mensagem e vamos chegar num ponto que será viável para a sociedade paranaense.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

No Horário das Oposições, concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Deputado Caíto Quintana, Senhores Deputados.

São dois assuntos que hoje no Horário da Liderança das Oposições, merecem ser tratados nesse Plenário. O primeiro deles com o consentimento do Líder da Oposição dos Deputados, a respeito da Comissão Especial que trata da questão do crime organizado no nosso Estado, sobretudo a narcotráfico. E, num segundo ponto, Senhor Presidente, a respeito do IPVA. Vou conceder um aparte ao Deputado Edgar Bueno que vai tratar da questão do IPVA.

#### O Sr. Edgar Bueno

Ilustre Deputado Ângelo Vanhoni, Vossa Excelência vai falar de um assunto extremamente importante, porém é necessário que se faça, aqui, um aparte, no sentido de compreender o lamento do empresário Valmor Weiss que mostrou aqui a necessidade de que o Governo possa ter sensibilidade e compreender, hoje, as grandes dificuldades que vive o empresário paranaense e qualquer cidadão paranaense que tem que pagar o IPVA.

Antecipar essas receitas é simplesmente uma agressão com o cidadão. O Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, faz aqui comparações pessoais, que também será penalizado com o mesmo imposto. Ora, isso não cabe para uma explicação à população do Paraná! O que gostaríamos de saber do Líder do Governo quais são as justificativas plausíveis que o Governo precisa e necessita aprovar um projeto como este, para antecipar receita e fazer o quê com o dinheiro. E se antecipar a receita o que fará nos meses subsequentes quando não terá esta receita normalmente.

Então se o Líder do Governo convoca as Oposições, também, para o diálogo, diálogo não quer dizer acordo. Temos 6 propostas, 6 emendas que protegem o contribuinte do Paraná e é com essas seis propostas que iremos para a discussão. Agora, com a voracidade que existe hoje, do Governo, em antecipar receitas e tomar o dinheiro do contribuinte, com certeza não haverá acordo,

haverá apenas uma discussão, mas continuaremos aqui desta tribuna defendendo os interesses dos povo paranaense e jamais vamos concordar com esta brutalidade dessa antecipação de receitas que quer fazer o Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado pelo aparte.

#### O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Vanhoni, por favor um aparte, gostaria de responder o Deputado Edgar Bueno, dois minutos.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Vou lhe dar os dois minutos que V.Exa. deseja, mas a comparação com São Paulo não pode ser uma comparação de uma única via, sabe por que? Porque o Estado de São Paulo contrariamente em relação ao Estado do Paraná, o Estado de São Paulo subsidia a cobrança de pedágio em todo território estadual. Aqui no Paraná não acontece isso, pelo contrário, lá, tem relação ao pedágio, é uma quota da participação dos lucros das concessionárias que é a destinada à educação fundamental, aqui no Paraná não acontece isso, o compromisso do Estado é de repassar todos os recursos para iniciativa privada, para as concessionárias.

Então, é uma polêmica que a gente tem que tomar cuidado, não dá para fazer essa comparação de mão única, que o Estado tira de um lado e pode contritar contribuindo de outro, de uma outra forma. Só para levantar esse problema para V. Exa. poder fazer as suas observações.

#### O Sr. Valdir Rossoni

Foi importante o que V. Exa. falou aqui mas V. Exa. esqueceu de ressaltar de que o custo do pedágio em São Paulo, é 50% mais caro do que o Paraná.

É importante que se diga isso também para que se coloque esta questão, mesmo a estrada dupla daqui à Ponta Grossa é a metade do preço de qualquer rodovia dupla no Estado de São Paulo.

Quero só responder ao Deputado Edgar Bueno porque ele diz aqui de que eu disse que a cobrança deste imposto atingirá minha pessoa física. E não é nenhum demérito, Deputado Edgar Bueno, o que eu tenho na iniciativa privada como bens particulares não é nada escondido. Então, por isso, eu argumentei ao empresário que me antecedeu, dizendo que o mesmo sentimento que movia a pessoa dele, a vir reivindicar aqui um avanço nesta questão do IPVA, movia a pessoa física do Deputado Rossoni, porque eu também sou um pequeno empresário e que gero 200 empregos no Estado do Paraná, e que também tem as mesmas dificuldades. Acho que isso não é nenhum demérito.

Quanto as questões dos diálogos, é aí que eu me fixei, se nós formos para o diálogo com 6 Emendas fechadas, jamais terá o diálogo, porque daí quando a questão vem para chegarmos num acordo, jamais podemos chegar com acordo firmado, de um lado ou de outro, nós temos que chegar com os espíritos desarmados e procurarmos uma proposta que seja factível, senão eu faria e devolveria a mesma pergunta que o ilustre Líder das Oposições fez ao Líder do Governo, que ele quer explicação do Líder do Governo, e eu farei isso no dia em que encaminhar o mérito deste projeto, eu peço ao Deputado Edgar Bueno que explique aqui, por que o Rio de Janeiro, que o Garotinho é do PDT cobra fevereiro,

março e abril, é também uma pergunta que eu posso devolver.

Agradeço o aparte que V. Exa. me concedeu e a compreensão porque sei que o assunto que V. Exa. vai aqui falar é importantíssimo, mas prometo a V. Exa. ter a mesma benevolência no momento em que fizer uso da tribuna e que V. Exa. quiser um aparte.

#### O SR. EDGAR BUENO (Questão de Ordem)

Quero dizer o seguinte: tenho a maior admiração pelo empresário Valdir Rossoni, mas eu gostaria de dizer que é um empresário que vende para o exterior, exporta em dólar, portanto, tem um padrão diferenciado do empresário paranaense. O empresário paranaense como um todo é um empresário sofrível, sofrido, tem dificuldades, não é como V. Exa. que vende e exporta em dólar, tem uma situação diferenciada, da qual tem a nossa admiração. Gostaríamos que o senhor dobrasse dos 200 para 400 empregos diretos e tantos outros indiretos, porém quero ressaltar aqui também que o Governador Garotinho não mudou absolutamente nada daquilo que já vinha sendo praticado em Governos anteriores.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Revista Veja traz uma matéria esta semana, a respeito da organização do tráfico de drogas no País. Acho que este é um dado profundamente relevante. Já vinha o próprio Presidente da República semana passada e o Ministro da Justiça, afirmando que o Brasil deveria mudar o tratamento em relação às drogas no nosso País.

O entendimento que se tinha até hoje, pelo menos dos técnicos na área de segurança, e de que o Brasil por ser uma grande fronteira como Oceano Atlântico, servia de rota, apenas passagem de carregamento de drogas para outros Países do mundo em função da grande fronteira que tem, dos portos, aeroportos. Mas, a revelação que a Veja traz, que o próprio Ministério da Justiça já está tomando uma certa certeza, é de que o Brasil ao invés de ser apenas rota, está se transformando num grande consumidor de drogas. Segundo estimativas, passa a ser talvez o segundo maior consumidor de drogas do mundo, só perdendo para os Estados Unidos.

E, na esteira deste grande consumo de drogas, uma organização criminosa se constitui em Território Brasileiro. E, uma organização criminosa que tem uma estratégia, sabe como vender, sabe como passar, sabe como distribuir, ter como financiar a aquisição e a distribuição da droga no nosso País.

Para que isso aconteça, inevitavelmente as autoridades acabam sendo envolvidas neste processo. Há denúncias inúmeras da participação de Policiais Civis em todas as unidades da Federação, da própria Polícia Federal, do Ministério Público de vários Estados, de Juízes, Desembargadores envolvidos e até de comandantes e pessoas de alto escalão da FAB envolvidos no tráfico internacional de drogas.

Vocês sabem que recentemente o esquema de viagens de aviões da FAB no Rio de Janeiro, foi apreendido um grande carregamento e dali se detectou como esta organização criminosa estava enviando drogas para o resto do mundo.

Dizem também que os valores chegam a cifras incalculáveis. O Banco BRADESCO que é a instituição privada que tem a maior lucratividade do sistema financeiro no nosso País, terminou o ano de 98 com uma lucratividade de 680 milhões de reais. Segundo estimativas, só o tráfico de drogas no Brasil tem uma rentabilidade na ordem de 400 a 500 milhões de reais. Então, é uma grande fortuna que envolve o tráfico de drogas em território brasileiro. Chega-se às cifras de que o Brasil é responsável, mais ou menos, pela comercialização que pode totalizar a 10 bilhões de reais/ano no nosso País.

Instituímos, na Assembléia Legislativa, uma Comissão Parlamentar de Investigação composta por 7 Deputados que tem por objetivo auxiliar a Comissão Parlamentar de Inquérito, como a todas elas há, seja ela que trate da questão do judiciário, seja ela que trate de qualquer discussão e, tenho certeza que a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada em Brasília tem inúmeros defeitos, aliás, a imprensa nestes últimos dias, vem dando mais destaque aos defeitos, aos erros, equívocos cometidos pela Comissão Parlamentar, mais do que os acertos. Mas, de concreto, acho que o povo brasileiro como um todo, falando enquanto cidadão, podemos perceber que a CPI do Narcotráfico trouxe em Brasília a nu, trouxe de evidência para o povo brasileiro e para as autoridades, é que há uma organização criminosa que cuida da aquisição, da distribuição, do financiamento, do tráfico de drogas no nosso País. E, que ela se organiza em vários Estados e que tem relações com outras organizações criminosas no nosso País, seja ela de desmanche de carros, roubos de veículos, seja ela do contrabando de armas, do contrabando e roubo de cargas, seja ela da lavagem de dinheiro, em que o Paraná está no centro destas investigações a nível nacional.

Então, são crimes que se organizam no território nacional, tem conexões em vários Estados, porque o roubo de carga acontece em São Paulo e acaba sendo vendido aqui no Estado do Paraná. Os veículos são roubados aqui na Região Metropolitana, em Curitiba, são roubados aqui e são feitos desmanches e suas peças são vendidas para São Paulo, Santa Catarina e outros Estados - sabemos disso, temos indícios, temos denúncias a este respeito, os repórteres policiais que são Deputados sabem do que estamos falando, sabem da verdade disso - são roubados em Curitiba e Região Metropolitana, perto de mil veículos, mil veículos/mês - mil veículos/mês - são estes os dados que estão chegando para nós.

Cerca de 80% desses roubos de veículos é para desmanche. Perto de 20 a 30%, Deputado Caíto Quintana, é para uma quadrilha relativa a questão do seguro do carro. Nomes de oficinas que trabalham com des-

manche, nomes de lojas que trabalham com a venda de peças provenientes de desmanche de forma ilegal, estão chegando para a Comissão, nomes de policiais envolvidos no acobertamento deste tipo de crime em Curitiba e Região Metropolitana, estão chegando à Comissão, nomes de policiais militares estão chegando à Comissão, o tráfico de drogas no Paraná está profundamente organizado, o tráfico de drogas para consumo no Estado do Paraná.

Temos uma revelação que é estonteante: tenho 44 anos, há questão de 15 anos atrás - o Deputado Neivo Beraldin é aqui da minha cidade, têm outros Deputados - escutávamos que uma, duas, três, dez escolas de Curitiba, os estudantes estavam envolvidos no tráfico e consumo de drogas. Hoje, Deputado Luiz Carlos Martins, que é radialista, Deputado Carlos Simões sabe disso, praticamente todas as escolas de Curitiba, perto de 300 escolas, entre privadas e escolas públicas, estão envolvidas em denúncias que os estudantes estão participando do consumo e do tráfico de drogas na Capital do Estado.

Quer dizer, uma geração inteira que entra com doze anos de idade e fica perto até os dezoito anos de idade completamente aberta a possibilidade de ser corroida e corrompida pela droga na nossa cidade. E não é droga leve, Senhor Presidente, é o craque, a cocaína, sobretudo estas duas drogas e a maconha como sucedânea dessas duas.

Quer dizer, a criminalidade está muito organizada na nossa cidade e no nosso Estado. Há indícios de uma organização criminosa, de três, quatro organizações criminosas muito bem constituídas no Estado do Paraná. Hoje os Deputados da Comissão fazem talvez, estamos chegando perto do dia 15 que vamos encerrar o período regimental de trabalho, estamos recebendo esta semana um relatório da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Senhor Presidente, requeremos isto enquanto membros de uma Comissão Especial. Espero, isto foi concordado tanto com o Comandante da Polícia Militar quanto pelo Delegado Ricardo Noronha e tivemos na palavra do Secretário, Cândido Martins de Oliveira, que dará todo e qualquer apoio, todo e qualquer papel que a Assembléia Legislativa necessitar a respeito do crime organizado no Estado do Paraná. Espero que estes documentos cheguem à Comissão ainda no começo desta semana porque só temos mais uma reunião ordinária na semana que vem e pretendemos organizar o trabalho que possivelmente entrará primeiro semestre adentro, porque a CPI a nível nacional já protelou para o mês de maio o término dos seus trabalhos.

De outra sorte, Senhor Presidente, Senhores Deputados, cabe aqui uma ressalva - nós, Deputados da Comissão, estamos de certa maneira começando a nos sentir meio desamparados, em função de que nós constituímos uma Comissão Especial de Investigação. Talvez seja necessário de que esta Assembléia, porque se forem verdadeiras as notícias que vincularam agora, pós o

almoço, de que uma bomba explodiu na cidade de Cascavel, nos Correios de Cascavel, de que a Polícia Federal está apurando para onde a carta-bomba estava sendo endereçada, suspeita-se que autoridades públicas do Poder Judiciário Federal de Cascavel seriam os destinatários desta carta-bomba, talvez seja necessário que este Plenário da Assembléia seja chamado ainda antes do término deste período Legislativo a não permitir que a Comissão Especial fique ao término até o ano que vem na condição de Comissão Especial, mas sim de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que os Deputados tenham mais garantias e mais salvaguardas para a continuidade de seus trabalhos. Por último quero lembrar que agora às 16:30 vamos fazer uma reunião onde vamos dar um relato completo a todos os Deputados das investigações e das denúncias que estamos recebendo nesses últimos dias.

Era isso, Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Encerrado o Expediente.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Pela Ordem, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Tendo em vista a oportunidade do pronunciamento do Deputado Ângelo Vanhoni, e também a solicitação que me fez na condição ele de Presidente dessa Comissão Especial do Narcotráfico, a Liderança do PMDB indica o Deputado Ademir Bier para substituir no período do impedimento o Deputado Caíto Quintana na Comissão do Narcotráfico.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 243/99, subscrito pelo Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente, solicitando seja marcado para dia 16 de março do ano 2000, a entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Doutor Miguel Gellert Krigsner, Presidente do Grupo "O Boticário". **Aprovado.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria da Senhora Deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

##### VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/99, de autoria do Deputado Tony Garcia, que dispõe sobre o calendário escolar da Rede Pública e Privada do Ensino de 1º e 2º graus do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões.

**Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 503/99

##### P A R E C E R :

A presente Emenda ao projeto de Lei nº 503/99 do eminente Deputado Durval Amaral, visa equacionar as férias dos trabalhadores na educação pública estadual, em 60 (sessenta) dias, dos quais 30 (trinta) dias consecutivos deverão ser usufruídos no mês de janeiro de cada ano.

A Emenda reveste-se de legalidade e constitucionalidade, podendo ser acolhida.

Voto favorável.

Sala das Comissões, em 30.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
BETO RICHA - Relator

Apoioamento:

Carlos Simões, Moysés Leônidas, Antonio Carlos Belinati, Waldyr Pugliesi, Algaci Tulio, Serafina Carrilho, Plauto Miró Guimarães, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Luciana Rafagnin.

O SR. TONY GARCIA (**Para Encaminhar**)

Veja bem, Senhor Presidente, esse pedido do Deputado Algaci Tulio tem - se isso acontecer, se for votado dessa maneira, não vamos votar essa lei esse ano. Esse projeto já passou pela C.C.J., já esteve por três semanas na Comissão de Educação quando não se reuniu, foi pedido em caráter de urgência que se encaminhasse o projeto; voltou para a emenda, e está voltando agora para o Plenário.

Foi amplamente discutido com a Secretária de Educação que esteve aqui, onde ela me deixou claro que

me mandaria em seguida da presença dela aqui, alguns pedidos que foram feitos para ela. Não me mandou até o momento, por telefone hoje me disse que foram feitas as coisas na Secretaria e que saíram erradas, então ela não pôde me mandar, mas que ela poderia em outra ocasião me falar o porquê que ela não queria que votasse o projeto.

Agora foi encaminhado, passou por todas as Comissões, passou pela C.C.J., passou pelo Plenário, acho que não tem porquê retirar, porque esse projeto é de suma importância para todo o litoral paranaense, e isso diz respeito para começar agora o ano que vem, se adiarmos por dez sessões, não vamos conseguir que isso aconteça.

#### O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos esclarecer a este Plenário que o projeto de lei do Deputado Tony Garcia - e aqui não é nada pessoal ao Senhor Parlamentar - é um projeto totalmente inconstitucional, que lamentavelmente quando passou pela Comissão de Constituição e Justiça acabou sendo aprovado, mas mereceria ali já ser evidentemente votado contrário.

Ocorre, Senhor Presidente, que o projeto veio para a Ordem do Dia, sem que tenha passado pela principal Comissão, que é a Comissão de Educação, na qual discute o mérito do projeto. A legalidade, a constitucionalidade já foi ferida, quando o projeto aprovou-se na C.C.J.. E já foi ferida também aqui em plenário, quando no entendimento político, o projeto foi aprovado em 1ª Discussão, com a garantia de que ele voltaria para a Comissão de Educação.

No entanto, na Comissão de Educação, tivemos, parece-me há duas semanas atrás a presença da Secretária Alcione Saliba, que atendendo um convite da Casa veio à Comissão e discutiu com os Senhores Parlamentares, com o Deputado Tony Garcia, com os membros da Comissão de Educação, a questão do projeto. A própria Secretária disse textualmente que o projeto era inconstitucional. Além do que uma mudança de calendário escolar se muda simplesmente por um número de lei, para um projeto de lei. Tem que se devidamente estudado e analisado, porque mexe com a comunidade escolar de um modo geral: com a estudante, com o professor, com a merendeira, com a cantineira, com a zeladora, com a professora, com o Prefeito, com o motorista de ônibus, que faz o transporte escolar, enfim, mexe com toda a uma gama da sociedade e não se muda repentinamente por uma lei que a Assembléia cria. Isso, evidentemente, criaria um impasse muito grande, perante à comunidade escolar.

Naquela ocasião, quando a Secretária esteve aqui, ela deixou bem claro que prepararia um ato administrativo, porque afinal de contas não cabe à Assembléia, Senhor Presidente, a mudança de uma norma administrativa. O artigo 6º diz que: “ressalvado o disposto nesta Consti-

tução, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, as leis que disponham sobre criação, estruturação, atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.” No artigo 87 diz: “Compete privativamente ao Governador dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual na forma da lei”.

Portanto, o mapa administrativo da Secretária é o suficiente para atender ao apelo daqueles que desejam, evidentemente, aumentar o período de férias.

Todos nós somos favoráveis que as férias vão até a quarta-feira de Cinzas ou que vão até o dia 28/02. Mas é impossível, na Matemática, porque aqui não cabe a “Matemática”, cabe à Matemática estabelecer e distribuir os dias, para o início de aulas. Por exemplo, a Secretária deverá, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero comunicá-los aqui provavelmente no dia de amanhã, já baixar um ato administrativo propondo o seguinte calendário: início das aulas para o ano 2.000: dia 16/02; férias: janeiro 31 dias, fevereiro: 15 dias, para os alunos e pais e treze dias para servidores da educação, porque os professores regressam dois dias antecipadamente; julho: sete dias, dezembro: 10 dias; totalizando 61 dias de férias. Primeiro semestre: 100 dias letivos; 2º semestre: 100 dias letivos. Total de dias letivos: 200 dias. É o que estabelece a Lei de Diretrizes e Base, que não poderá haver menos de 200 dias/aula no ano. Término das aulas: dia 21/12. Recessos e feriados: Carnaval: dia 07/03 e os recessos nos dias 06 e 08. Na quinta-feira Santa, feriado no dia 21 e recesso no dia 20; Corpus Christi, feriado no dia 22/06 e o recesso no dia 23; Independência do Brasil, dia 07/09, recesso no dia 08; Nossa Senhora Aparecida: feriado no dia 12, recesso no dia 13; Finados: feriado no dia 02 e recesso no dia 03.

Então, um feriado extra, que é um dia de feriado no município, o dia em que se consagra ao município e, evidentemente, sem aulas nos sábados.

#### O SR. ALGACI TULIO

O projeto do Deputado Tony Garcia esbarra, mais ainda, na inconstitucionalidade, quando ele propõe aulas aos sábados. E quando propõe aulas aos sábados, Senhor Presidente, vai acarretar o que? Pagamento de hora-extra para professores, para motoristas que transportam as crianças, pagamento de hora-extra para a zeladora, merendeira, copeira, para todo mundo. Quer dizer, não tem quem agunte, não tem quem suporte.

Portanto o calendário proposto pela Secretária, dentro de um trabalho técnico que foi realizado, dentro de uma estruturação de melhor colocar aqui dias de férias, chegou à melhor posição, a que melhor atende. Já fizemos contato, aliás, é bom dizer, que numa reunião anterior a reunião com a Secretária, aqui nesta Casa, nós estivemos com os prefeitos do litoral, lá na Secretaria da Educação, quando a Secretária fez esta proposta, e os Senhores Prefeitos e representantes que lá estavam, aceitaram como sendo a única viável. Não há, matematicamente, condições de levar as

férias até o dia 28 de fevereiro, não existem condições para isso! A não ser que se tire 7 dias de férias do mês de julho. Evidentemente isso os professores não vão aceitar. A APP Sindicato já se manifesta colocando certa dúvida, 7 dias de férias em julho é suficiente para que o professor descanse? O Deputado Péricles já abordou esta questão aqui, inclusive. Quer dizer, se atendermos o projeto do Deputado Tony Garcia, provavelmente não teremos férias no mês de julho.

Então, Senhor Presidente, primeiro pela inconstitucionalidade, segundo porque o projeto não passou pela Comissão de Educação, eu me socorro aqui do Regimento Interno da Casa, no Artigo 118, parágrafo 7º que diz: Exceto nos casos previstos, neste Regimento, nenhuma proposição será objeto da discussão ou da votação sem que sobre ela seja emitido Parecer, pela Comissão competente. Qual é a Comissão competente? A Comissão de Educação e esta Comissão não deu o seu parecer pelo mérito deste Projeto.

Por isso, peço ao Deputado Tony Garcia, a sua compreensão, quem sabe até na retirada da Ordem do Dia, o Parlamentar, que é proponente da lei, nós, que evidentemente votarmos a retirada por 5 ou 10 sessões para que ele regresse à Comissão de Educação para receber o parecer, Senhor Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Em votação o requerimento do Deputado Algaci Tulio. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 503/99.

#### ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 92/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que dispõe sobre atividades de artesanato. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.A.I.C. e C.F. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 498/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/99 do Orçamento Geral para o exercício do ano de 2.000. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.O.. COM SUBSTITUTIVO GERAL.

Nesta fase apreciaremos apenas a Emenda aprovada em 2ª Discussão. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 566/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Anahy, com sede no Município de Anahy e foro no Município de Corbélia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 582/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmital, com sede e foro no Município de Palmital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 603/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Ivaiporã, com sede e foro no Município de Ivaiporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 513/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública o Projeto Vida-Amparo Social aos Carentes de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 137, de 13.10.99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 513/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Projeto Vida - Amparo Social aos Carentes de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 565/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de General Carneiro, com sede no Município de General Carneiro e foro no Município de União da Vitória. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A nº 161, de 10.11.99.)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 565/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de General Carneiro.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 594/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Clube dos XV - Clube Esportivo e Recreativo Veteranos de Dois Vizinhos, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A nº 175, de 23.11.99.)**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 594/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube dos XV - Clube Esportivo e Recreativo Veteranos de Dois Vizinhos, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

## ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 601/99, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural 19 de Julho (SERC 19 de julho), com sede e foro no Município de Itaipulândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A nº 178, de 24.11.99.)**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 601/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademir Bier, tem por objetivo declarar de Utilidade

Pública a Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural 19 de Julho (SERC 19 de julho), com sede e foro no Município de Itaipulândia.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

## O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a mesa, Requerimentos nº 2674 e 2675, autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2676, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2677, de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2678 e 2693, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2679 de autoria do Sr. Deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2680, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2681, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2684 a 2689, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2702, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 2691, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2692, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2694, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2695 a 2697, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2698 e 2699, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2701, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2703, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2704, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2706, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2707, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. ALGACI TULIO

Quero fazer um voto de solidariedade, em nome da imprensa do Paraná, em especial da imprensa esportiva, por um fato profundamente lamentável, que ocorreu sábado à tarde, no majestoso Estádio Joaquim Américo, na baixada. Muito embora sendo eu um paranista, torcendo fervorosamente para que o Atlético vá para a Libertadores de América.

Mas, não posso admitir a atitude tomada pelo Presidente licenciado do Atlético, o Sr. Mário Celso Petraglia, que num ato de violência solicitou à Polícia Militar, para que fosse até a cabine de transmissão da Rádio Independência, para que dali retirasse, o profissional integro, um dos mais conceituados comentaristas esportistas do rádio do Paraná, que é o companheiro Valdir Gomes. Não é da minha emissora de rádio, mas é um companheiro a quem preso e a crônica esportiva do Paraná tem por ele um grande respeito. Lamentar esse fato, que se não fosse a interferência de alguns companheiros da imprensa local e até mesmo da imprensa gaúcha, que naquele momento estava ali um comentarista advogado, que foi aos policiais perguntando se eles tinham algum mandado de prisão ou coisa parecida. Não tinha nenhum documento. Portanto era um ato arbitrário, do dirigente do Atlético Paranaense. Nada pessoalmente, também, contra o Sr. Mário Celso Petraglia.

Mas, fica aqui o registro Presidente sendo eu um homem de imprensa, não poderia me calar nesse momento. Aliás a Tribuna do Paraná, hoje, nas colunas do grande articulista Vinícios Coelho, de outros companheiros trazem que reprovam a atitude do Presidente do Atlético Paranaense.

Fica aqui a minha moção de solidariedade a este que é um dos mais conceituados colunista esportivo do Paraná, o companheiro Valmir Gomes.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A Mesa registra a solidariedade do Deputado Algaci Tulio. Mas também a solidariedade do Deputado Algaci Túlio, esta a prestar ao Atlético Paranaense

por ter classificado para a fase final do Campeonato Nacional.

Senhores parlamentares a Mesa informa que fica aberto o prazo de 5 dias, improrrogável para apresentação de Emendas ao Plano Plurianual de investimento.

Solicitamos que os Deputados apresentem a Emenda nesse período para podermos votar o Plano Plurianual ainda durante o período de recesso.

O prazo termina nesse sábado, portanto, 5 dias para apresentação de Emendas ao Plano Plurianual.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 462, 465, 490 e 583/99.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 143/97, 513, 565, 594 e 601/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 026, 171 e 424/99.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 1999.

#### “Assembléia presta homenagem a Anibal”

O Estado do Paraná

A homenagem póstuma que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina prestou ao Deputado Anibal Khury, anteontem, foi destacada por várias autoridades e políticos que participaram da homenagem. Nascido em Porto União (SC), Anibal recebeu a homenagem por sugestão do Deputado Estadual Rogério Mendonça (PMDB). Em seu discurso, o peemedebista lembrou a origem do ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná e o início de sua carreira política, que durou 50 anos. Anibal ingressou na vida pública disputando uma vaga de Vereador em União da Vitória.

O Deputado Estadual Orlando Pessuti (PMDB/PR), que conviveu com o ex-Presidente da Assembléia durante seus cinco mandatos, destacou a capacidade de Anibal de ouvir com paciência e aconselhar com prudência e sabedoria. “Anibal Khury foi o maior símbolo da Política Paranaense e esteio do Parlamento Estadual.

Com ele no poder, a Assembléia nunca tremeu, nunca se curvou”, comentou o líder do partido na Casa.

A vice-Governadora Emilia Belinati (PTB), emocionou os amigos e familiares de Anibal ao lembrar dos cafés da manhã que o Deputado promovia em sua casa, diariamente, preparados por sua esposa, Niva Khury. “Ele recebia muito cedo os amigos que costumavam começar o dia ouvindo lições de política e relacionamento humano”, disse.

Municípios.

Além dela, de Pessuti e de Niva Khury, participaram da cerimônia Alexandre Khury, 20 anos, neto e herdeiro político de Anibal. Falando na tribuna da Assembléia, em nome da família, Alexandre lembrou que seu avô foi responsável pela criação de 15% dos Municípios do Paraná e que, no exercício de sua atividade parlamentar, apresentou cerca de quinhentos projetos na Assembléia Legislativa.

Vários parlamentares, autoridades e empresários prestigiaram a homenagem a Anibal. Entre eles, os Secretários José Carlos Gomes Carvalho (Trabalho) e Heinz Herwig (Transportes); os Desembargadores Abraão Miguel e Henrique Lenz Cesar; os Deputados Estaduais Orlando Pessuti, Hidekazu Takayama, Antônio Carlos Belinati, Edno Guimarães, Edson Praczyk e Serafina Carrilho, e os Conselheiros do Tribunal de Contas Rafael Iatauro e Henrique Naigeboren. Depois da homenagem o Presidente da Assembléia, Deputado Gilmar Knaezel, homenageou os convidados com um jantar no restaurante Fedoca, do paranense Alfredo Malucelli.

# **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 042ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 1999**

*(segunda-feira)*

Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana, secretariada pelos Senhores Deputados Carlos Simões e Chico Noroeste.

Às dezesseis horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino

Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Em licença o Senhor Deputado Nelson Justus. (01)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

## **Requerimento:**

REQUERIMENTO Nº 2708

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 483/99, em 2½ª discussão, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 06.12.99

(a) VALDIR ROSSONI

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## **ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 451/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no Município de São José dos Pinhais. COM PARECER

FAVORÁVEL da C.C.J. SP. (**Aprovado, artigo por artigo**).

### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 483/99, que autoriza o Poder Executivo a determinar a impressão nas capas e contracapas de cadernos escolares os hinos: Na-cional, da Bandeira, do Paraná e da Independência. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. C.E..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões. **Aprovado**. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 483/99.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Peço a V.Exa. que registre o voto contrário da Bancada do PMDB à retirada desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Será anotada a solicitação do Líder do PMDB.

### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Umberto Bastos Sacchelli. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 115, de 15.09.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 477/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Umberto Bastos Sacchelli.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator.

### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores Proprietários e Amigos do Balneário Shangri-lá no Município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 165, de 16.11.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 571/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores Proprietários e Amigos do Balneário Shangri-lá no Município de Paranaguá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.11.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 581/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Santa Bárbara, com sede no Município de Santa Bárbara e foro no Município de São Jerônimo da Serra. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 165, de 16.11.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 581/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Santa Bárbara, com sede no Município de Santa Bárbara e foro no Município de São Jerônimo da Serra.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.11.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 593/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a PATOFRUTA, Associação de Fruticultores de Pato Branco - Paraná, com sede e foro no Município de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 172, de 22.11.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 593/99

## P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a PATOFRUTA - Associação de Fruticultores de Pato Branco - Paraná, com sede e foro no Município de Pato Branco.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.11.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Moysés Leônidas - Relator

Senhores Deputados, antes do encerramento da sessão, queremos chamar a atenção que haverá sessão

normal amanhã à tarde, marque-se sessão para o período noturno, obedecendo àquilo que a Assembléia estava fazendo em outros dias, para tentarmos votar toda a pauta até o dia 15.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 07, logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 085, 387, 477, 571, 581 e 593/99.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/99.

Levanta-se a sessão.